



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História

**A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO ARQUIVO DA
SEDUC-SE PARA A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA
SERGIPANA.**

João Ofrides de Oliveira Neto

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito mínimo para a conclusão do curso de licenciatura em história ofertado pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

São Cristóvão - SE
2024.1

SUMÁRIO

1. Apresentação	05
2.1 Os Arquivos e a história	08
2.2 Os Arquivos em Sergipe	09
2.3 Os Arquivos para a pesquisa histórica	13
3. A fundação da SEDUC	14
4. As contribuições do Arquivo da SEDUC e suas funções	17
5. Considerações Finais	23
Referências	23

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por ter me permitido viver e realizar esse grande objetivo que era concluir minha graduação em história, algo que já semeava em minha mente desde a infância, e que através de muito trabalho duro e esforço finalmente posso dizer que está realizado.

Devo um caloroso agradecimento ao meu orientador, o Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos, docente de cinco das inúmeras disciplinas concluídas durante o curso, muito obrigado pelos ensinamentos.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas de estágio no arquivo, que por diversas vezes me ajudaram a me manter de pé nessa longa caminhada, vou lembrar com muito carinho das inúmeras tardes que nós passamos dentro do arquivo, conferindo, organizando e analisando as documentações, as risadas que dávamos todos os dias, as pausas para o café, sem vocês nada disso seria possível, um abraço especial para Karol, Stefanny, Rafaela, Sérgio, Tauanderson, Luiza, Ângelo, Hellen, Letícia, Stephenie, Valter e outros, muito obrigado a todos.

Agradeço a minha namorada Jeane Gabriely por toda a dedicação, compreensão e paciência comigo, e a toda a minha família, primeiramente aos meus pais, Maria Rejane Santos Oliveira e José Claudinê Oliveira, e secundamente aos meus irmãos Luan Matheus Oliveira e Claudson Rodrigues de Oliveira por todo o apoio, financeiro e emocional, e que dá melhor forma souberam lidar com minha ausência em momentos tão importantes nos últimos 4 anos. Para finalizar também gostaria de agradecer aos que já se foram, como tia Maria, tio Naldo, os meus avós, João Ofrides de Oliveira e Maria Nalva de Matos Oliveira, ao meu tio Bebo e tantos outros que já partiram, que todos sejam abraçados e acolhidos nas mãos de Deus, para sempre amarei a todos.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal elencar e analisar os principais pontos sobre como o Arquivo de Escolas Extintas da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe é organizado, bem como quais as funções atribuídas a ele, e sobretudo, qual a importância do trabalho realizado no acervo para garantir a manutenção da vida acadêmica e profissional dos cidadãos sergipanos, na medida em que os ex-alunos de escolas estaduais e particulares do estado de Sergipe se veem necessitados do auxílio do estado, para poderem garantir seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: Educação, Arquivos escolares, memória sergipana.

ABSTRACT

This course conclusion work's main objective is to list and analyze the main points about how the Archive of Extinct Schools of the State Department of Education and Culture of Sergipe is organized, as well as what functions are assigned to it, and, above all, What is the importance of the work carried out in the collection to guarantee the maintenance of the academic and professional life of Sergipe's citizens, as former students of state and private schools in the state of Sergipe find themselves in need of state assistance, in order to guarantee their fundamental rights.

Keywords: Education, School archives, Sergipe memory.

1. Apresentação:

Os arquivos escolares são, em sua grande maioria, uma fonte inestimável de informações e conhecimentos acumulados ao longo dos vários anos de existência de uma instituição educacional, em meio a isso, vemos atribuídos aos historiadores, bibliotecários e arquivistas o dever não só de manusear, como também de manter em bom estado, a documentação armazenada dentro destes locais, visando assim contornar o desdém muitas vezes existente por parte dos próprios donos das instituições acerca da documentação de seus ex-alunos, como afirmado por Bonato:

Se por um lado, muitos querem livrar-se dos documentos, por outro lado, temos de louvar aqueles que a despeito das dificuldades como a falta de apoio oficial, recursos humanos, materiais e financeiros tentam proteger seus acervos da destruição e dão apoio à pesquisa científica. (2005, p. 211).

Seguindo essa linha de raciocínio, ao analisarmos primeiramente as fontes disponíveis sobre a função dos arquivos escolares na vida dos indivíduos, nos vemos atribuídos a uma leitura de certo modo limitada sobre o tema, ainda mais no que se diz respeito a um contexto local, relacionado diretamente ao estado de Sergipe, o menor e o sexto menos populoso dos estados brasileiros. Portanto devemos buscar ter uma percepção mais aprofundada sobre o trabalho realizado dentro do Arquivo de Escolas Extintas da SEDUC, trabalho esse que visa acima de tudo auxiliar na vida dos cidadãos, tornando possível que eles mantenham sua dignidade através de ações cotidianas, que por mais comuns que possam parecer, em muitos casos, sem esse tipo de trabalho especificamente, não seriam possíveis de serem realizadas em sua plenitude.

O interesse em específico por este tema de pesquisa surgiu a partir de minha própria vivência dentro do arquivo, enquanto estagiário do Departamento de Inspeção Escolar da SEDUC, durante dois anos (2022-2024), ao analisar o trabalho realizado por mim e por meus colegas ao longo do tempo, pude perceber a falta de uma atribuição teórica, por muitas vezes me sentia fazendo algo muito mais físico e prático, senti nesse momento que faltava um algo a mais, portanto vendo e analisando tais questões, veio à tona a ideia de desenvolver tal pesquisa, baseando-se nas atribuições realizadas ao longo do período de estágio, e claro, pesquisando e analisando as fontes pré-existentes sobre o tema, foi fácil notar a precariedade acerca de fontes bibliográficas concretas sobre o

assunto, então visando contornar isso, é que proponho a construção desta pesquisa historiográfica.

Tal qual, a justificativa para a escolha desse tema em específico surge não só da falta de referências sobre o mesmo, mas também graças a um próprio anseio pessoal, tendo em vista que ao longo dos meus dois anos de serviços prestados ao estado, me vi de certo modo apegado ao trabalho, de maneira que ao ficar imerso nele, acabei desenvolvendo um carinho grande, não pelos documentos, mas sim pelas ações feitas para com o acervo. Assimilado por mim e como constatado por Pereira: “O arquivo da escola é um importante local de referência, pois armazena uma complexa rede de documentos fundamentais para a história institucional.” (2007, p. 87).

Portanto, esse trabalho busca contribuir para o tema da preservação dos arquivos, com um claro enfoque nos arquivos escolares, bem como também para conscientização dos alunos, donos de escolas, e até historiadores acerca da importância da documentação escolar como fonte histórica e como parte indispensável da construção da educação em nosso país, visando assim fomentar o trabalho em um contexto educacional para com as instituições de ensino estaduais e privadas. Através do estudo dos usuários de arquivos podemos tirar diversas conclusões acerca da formação dos estudantes no estado de Sergipe, se baseando em conceitos como as taxas de evasão escolar ou até mesmo a forma com que os conteúdos são apresentados pelos profissionais da educação. Nesse sentido Menezes, Silva e Teixeira Júnior, afirmam: “O desprezo por essa memória, incorporada nos suportes antigos, contribui para o esquecimento do cotidiano vivido por inúmeras pessoas: professores, alunos, diretores, funcionários administrativos, bibliotecários, entre outros” (2005, p. 67).

Conceitualmente como já citado, esta pesquisa utilizasse como base o estudo dos usuários de arquivos, um campo específico da arquivologia, que se trata de uma importante ferramenta de obtenção, gestão e controle informacional, que busca acima de tudo, traçar um perfil de usuário, descobrir suas necessidades informacionais, além do grau de satisfação em relação aos serviços oferecidos por uma determinada unidade de informação, sendo essa unidade especificamente neste caso, o arquivo da SEDUC.

Portanto, como afirmado no site do Gov.br na aba que trata do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão esse que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, existem fundamentalmente dois tipos de usuários de arquivos, os Internos (de dentro da instituição) e os externos (cidadãos e o

estado) que através de suas demandas acabam por possuir fatalmente objetivos completamente distintos, mas que se complementam um através do outro. Já sobre a pesquisa em si, o mesmo órgão afirma que fundamentalmente existem duas formas de se conduzir uma pesquisa sobre usuários de arquivo, sendo ela feita pelo método direto, onde pesquisasse a satisfação além da percepção do próprio usuário sobre o trabalho/serviço oferecido a ele, ou pelo método indireto onde se faz um levantamento estatístico sobre por exemplo, quais os documentos mais buscados pelos usuários, a fim de esclarecer e possivelmente montar uma base de dados sólida sobre o assunto.

Já em relação as referências utilizadas para conduzir essa pesquisa, o foco foi dado a artigos científicos, diversificando os aspectos analisados, desde o tipo de arquivo pesquisado, os perfis pré-estabelecidos dos usuários, suas atribuições e dentre outros. Compartilhando dessa leitura e assimilando ela a outras referências e fontes voltadas para temas como organização e armazenamento de arquivos e arquivos escolares, tudo isso aliado ao trabalho desenvolvido ao longo dos dois anos em que trabalhei dentro da instituição, que foi possível desenvolver tal pesquisa.

Para fechar esta parte introdutória, no que se trata da construção deste artigo, busco como objetivo principal num primeiro momento traçar uma ponte teórica entre a relação e a construção dos arquivos públicos do estado de Sergipe com a pesquisa histórica, criando assim um paralelo sobre como surgiram tais arquivos, se eles ainda operam, como eles funcionam, e claro, de que forma eles são importantes para a construção do saber historiográfico no estado.

Num segundo momento, vamos analisar a formação histórica da Secretaria Estadual de Educação, através de sua fundação, tal qual a legislação que permitiu seu surgimento, bem como sua idealização, até fatalmente ocorrer o surgimento do Arquivo de Escolas Extintas através do Departamento de Inspeção Escolar (DIES).

Já na parte final vamos analisar os principais pontos sobre o arquivo do DIES, além de dar um breve vislumbre sobre quais os tipos de documentos podemos encontrar dentro dele, e para finalizar, traremos um debate sobre como ele pode, através de seu gigantesco acervo, contribuir para a formação do alunos de História, Biblioteconomia (cursos esses disponíveis na Universidade Federal de Sergipe), pesquisadores e principalmente aqueles que desejam seguir uma linha de pesquisa voltada para a história da educação.

2.1 - Os arquivos e a história

Segundo Pereira “Os arquivos – um dos lugares da memória – não podem ser mero acúmulo de documentos, mas oportunidade de compreender o passado nas relações que estabelece com o presente” (2007, p.87). Considero essa frase imprescindível para iniciarmos o debate estabelecendo uma ideia sobre qual a importância histórica e social da existência, e da preservação de acervos de arquivos no Brasil.

Podemos dizer facilmente que a origem dos arquivos e suas atribuições tem respaldo na invenção da escrita, com base na ideia de que desde os seus primórdios, a humanidade já enxergava a necessidade de manter registros físicos de suas ações como método de preservação do homem, de sua história e de sua vida ao longo dos anos. Considerando isso, nos últimos anos vivemos um momento de crescente debate acerca da preservação de nossas fontes históricas, como forma não só de garantir que não ocorra o esquecimento de nossa cultura e de nossos costumes, mas também para que se mantenha viva a nossa história, afinal uma parte importante da construção do entendimento do nosso presente, vem através da pesquisa e do entendimento do nosso passado.

Portanto a pesquisa histórica se vê diretamente vinculada e assimilada a existência de arquivos públicos no Brasil na medida em que na falta ou na escassez de fontes, os pesquisadores se veem obrigados a visitar e investigar determinados assuntos diretamente sobre suas fontes primárias e em ambientes específicos, sejam essas fontes documentais, obras ou qualquer outra forma de saber historiográfico, e que por algum motivo, tenham sido mantidos em condições mínimas de manuseio ao longo dos anos.

É inserido nesse contexto que historicamente entendemos que o estado de Sergipe, dotado de uma pluralidade cultural e social gigantesca, tornou-se uma riquíssima e de certo modo pouco explorada rede de conhecimentos e experiências que anseiam por serem estudadas, portanto cabe a historiador, investigar e trazer conclusões concretas sobre o assunto mediante a uma pesquisa historiográfica mais aprofundada.

Nesse sentido, quando analisamos as questões vinculadas a existência de arquivos em Sergipe, vemos que diversos são os arquivos presentes no estado, tais quais: o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), o Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe (TJSE), o Arquivo Público da Cidade de Aracaju e o Arquivo do Instituto

Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe (IHGSE). Entre outros, que dadas as suas atribuições, servem de importante polo informacional e como grande fonte histórica para a pesquisa no estado. Portanto é pertinente analisarmos as condições e traçarmos um breve histórico sobre cada um deles:

2.2 – Os Arquivos em Sergipe

Arquivo Público Estadual:

Quando falamos do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), de acordo com o site do Arquivo Nacional através do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRAQ), o órgão nos dá a seguinte descrição sobre a fundação do mesmo:

O Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) tem sua origem na Seção de Arquivo da Biblioteca Pública Provincial, criada em 1848 (Lei nº 2.33), com a finalidade de “guardar os originais ou cópias de quaisquer papéis do Governo Geral ou Provincial, cuja guarda no arquivo se julgar conveniente, e para notícias” sobre acontecimentos, descobertas científicas, progresso e artes. No Governo de Mauricio Graccho Cardoso foi criado o Arquivo Público do Estado, com a finalidade de receber e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos relativos ao direito público, à legislação, à administração, à história e, em geral, às manifestações do pensamento científico, literário e artístico de Sergipe ou quaisquer outros documentos cujo depósito seja oficialmente determinado (Lei nº 845, de 15/10/1923). Em 1926, o Arquivo volta à condição de Seção da Biblioteca Pública, até quando é criado novamente através do Decreto-Lei N° 617, de 03 de abril de 1945.

Já sobre suas funções, o órgão faz questão de afirmar que, dentro do possível, o Arquivo Público do Estado de Sergipe deve:

Atuar como órgão central da política estadual de arquivos, promovendo, por meio da gestão, a preservação e o acesso aos documentos da administração pública estadual, contribuindo para a consolidação do estado democrático de direito, através do acesso à informação, produção do conhecimento e garantia dos direitos do cidadão.

Sendo assim atualmente, o Arquivo Público do Estado de Sergipe continua exercendo suas funções, atendendo as demandas informacionais dos cidadãos e pesquisadores sergipanos da maneira mais ampla possível. O APES se encontra localizado na Av. Benjamin Constant mais precisamente na praça Fausto Cardoso no

Centro de Aracaju, a estrutura conta ainda com uma sala para consulta onde as pesquisas podem ser conduzidas, mediante a uma solicitação ao catálogo correspondente.

Contudo, um ponto importantíssimo a ser levantando sobre a existência do APES está em sua precariedade, sobretudo no investimento e até ausência de profissionais capacitados para atender as demandas não só do público, mas principalmente da comunidade acadêmica, que se vê amparada muitas vezes única e exclusivamente por ele para atender as demandas informacionais sobre determinadas temáticas vinculadas a história presente em nosso estado, como afirmado por Santana, Bari e Cortes:

Em Sergipe, a própria situação do Arquivo Público de Sergipe, vem sendo discutida há tempos. Os problemas vão desde questões políticas e financeiras às questões técnicas e de pessoal. Como consequência, um dos maiores equipamentos públicos do Estado está muito aquém do esperado e necessário, como unidade de informação especializada, histórica e de cidadania. (2016, p. 158)

Arquivo do Judiciário:

Já quando paramos para analisar o Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, nos vemos remetendo a uma história bem mais recente, fundado em 1984 durante a gestão do Des. Luiz Rabelo Leite, o arquivo foi inicialmente idealizado pela discente do curso de história Dra. Eugênia Andrade Vieira da Silva, juntamente com sua então professora Maria da Gloria Santana de Almeida, que tinha como objetivo reunir e resguardar as documentações vinculadas ao poder judiciário do estado, a partir desse momento então que de fato houve a autorização para que tal trabalho fosse feito. Contudo, foi apenas 2 anos depois, em 1986 já durante a gestão do Des. Luiz Carlos Fontes de Alencar, que finalmente a ideia acabou sendo totalmente tirada do papel, com a denominação de “Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe” sendo oficialmente adotada.

Nos dias atuais o Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe segue operando, sendo localizado mais precisamente na Rua Cons. Carlos Sampaio, no bairro Capucho próximo ao Ministério Público do Estado. O TJSE possui jurisdição em todo o território do estado de julgar o que não é tratado pela Justiça Federal, Justiça Eleitoral, do Trabalho ou Militar, sendo diretamente vinculado à Secretaria Judiciária. O acervo por sua vez é composto pelo fundo arquivístico e por coleções custodiadas pelo Arquivo

Permanente, já quanto a sua visitação e conseqüentemente pesquisa, o arquivo possui ainda uma sala exclusiva dividida em dois setores e dedicada apenas para pesquisa, contudo, o Arquivo do Judiciário oferece acesso livre as documentações resguardadas, com exceção as que possuam uma característica mais sigilosa, seja para a segurança do Estado, sociedade ou da intimidade/imagem de um indivíduo, os usuários podem fazer consultas também pelo site, onde uma parte do acervo já se encontra digitalizado.

Arquivo Público da Cidade de Aracaju:

Novamente recorrendo e utilizando como principal referência informativa acerca da história e do funcionamento dos arquivos aqui elencados, o DIBRAQ afirma em sua página oficial a seguinte descrição acerca da história do Arquivo Público da Cidade de Aracaju:

O Arquivo Público de Aracaju, foi criado pela Lei 13000/87, funcionando dentro do Sistema de Arquivos do Município, instituído pela Lei 13000/87. Ele tem como missão, as atribuições tradicionais e legais de localização, recolhimento, guarda, tratamento e disponibilização do acervo de valor histórico, probatório e cultural do Município. Ele é constituído por conjuntos documentais definidos como de terceira idade, de valor permanente, histórico, probatório ou informativo, que devam ser definitivamente preservados.

Já no que se trata das suas funções e atribuições, novamente recorrendo ao mesmo órgão anteriormente citado, nos são apontadas as seguintes informações:

A ele compete: localizar, recolher, selecionar, registrar, arranjar, classificar e guardar, documentos ou fundos de valor legal, administrativo e histórico, provenientes das atividades públicas, bem como os papéis relativos a pessoas naturais e jurídicas de Direitos Privados; proteger o acervo documental do município de Aracaju; utilizar as modernas técnicas arquivísticas de gestão documental; realizar pesquisas de interesse administrativo e histórico; franquear o uso do acervo às entidades e ao público em geral, atendendo aos pedidos de informação, consonantes as disposições regulamentares; manter intercambio e prestar assistência técnica dentro ou fora do Município; contribuir para a difusão da Cultura, promovendo pesquisas, cursos e conferências, e participando de comemorações cívicas; coordenar o Sistema Municipal de Arquivos e constituir comissões, de caráter especial, com o fim de levantar documentos relativos ao Município de Aracaju, encontrados em outros arquivos.

Portanto, o Arquivo Público da Cidade de Aracaju segue em funcionamento, estando localizado próximo ao centro da cidade, mais precisamente na Rua Estancia,

possuindo um acervo amplo que atende as demandas informacionais dos mais diversos tipos de pesquisadores e resguardando desde documentos da câmara de vereadores da cidade até plantas arquitetônicas de prédios antigos e de grande prestígio do município. Quanto ao acesso a essas informações, não há limitações se tratando da visitação e utilização do acervo, com ressalvas para documentos que ainda permanecem em fase de organização, ou seja, que não foram plenamente adicionados ao acervo totalmente organizado da instituição.

Arquivo do Instituto:

Já quando buscamos referências sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe (IHGSE), temos conhecimento através do site oficial da entidade, que o mesmo surgiu por volta do início do século XX, no ano de 1912, como uma instituição de caráter científico que tinha como objetivo acima de tudo, fomentar a produção científica no estado. Seu arquivo por sua vez, surgiu juntamente com o próprio IHGSE bem como sua biblioteca e museu, sendo que em seus mais de 110 anos de existência, o instituto se provou como uma das mais importantes instituições de preservação da cultura e do conhecimento do povo sergipano.

Atualmente o arquivo é carinhosamente chamado de Arquivo Central Maria Thetis Nunes (em homenagem a importantíssima historiadora sergipana) onde IHGSE através de seu site oficial nos dá a seguinte descrição sobre sua fundação:

Na ocasião de sua fundação se estabeleceu a criação de estrutura física para Biblioteca, Arquivo, Museu e Pinacoteca. No trajeto dos seus 110 anos é notório a competência de guardião, organizando, conservando e disseminando a informação, conforme Cap. II do seu Estatuto.

Já em relação ao seu acervo, constatasse as seguintes informações:

O Arquivo Central Maria Thetis Nunes reúne milhares de documentos, entre administrativos, financeiros, fichas de sócios, manuscritos, documentos oficiais e cópias de época - álbuns, fotos, etc. O arquivo possui também, 23.671 (vinte e três mil seiscientos e setenta e um) documentos dos acervos pessoais, tais como: Tethis Nunes, do seu secretário perpetuo do IHGSE Epifânio Dória, Oliveira Teles, Rodrigues Dória, Pe. Aurélio Vasconcelos, Ivo do Prado, José Calazans, Fernando Porto, Urbano Neto, Armindo Guaraná e Figueiredo Lobo.

O Arquivo do IHGSE portanto atua na preservação da cultura, dos costumes e claro, dos documentos históricos presentes no estado, servindo tanto para a gestão de

documentos que são produzidos pela própria administração da instituição, como também de acervos pessoais, garantindo a sobrevivência da memória, da história e da cultural do estado.

2.3 – Os Arquivos para a pesquisa histórica:

Em Sergipe, diversas são as pesquisas históricas conduzidas através de investigações realizadas dentro dos arquivos públicos do estado, por exemplo, segundo um levantamento numérico feito por Elienay de Oliveira Santos (2018), em seu trabalho intitulado “Gestão de arquivos e a qualidade nos serviços de informação: um estudo de caso em arquivos públicos da cidade de Aracaju”, entre os anos de 2015 e 2017, mais de quatro mil pesquisadores alinhados aos mais diversos tipos de pesquisas e áreas do conhecimento visitaram o Arquivo do Judiciário, com o intuito de adquirir alguma informação sobre determinado tema, e por mais que numericamente esse seja um caso à parte dos demais, exemplifica bem a procura realizada por fontes ao longo dos anos no estado de Sergipe. Outrora, a mesma autora cita que entre os documentos mais procurados no arquivo do TJSE, estão documentos relacionados a processos como: usucapião, processos de escravatura e inventários, novamente exemplificando o caráter específico não só do arquivo, mas também das fontes buscadas pelos pesquisadores.

Portanto entendemos que os arquivos públicos, dotados de suas peculiaridades eram, e ainda são uma ferramenta imprescindível para a sustentação e a consolidação de diversas pesquisas históricas, na medida em que servem de maneira direta para pesquisa, leitura, organização e análise de fonte necessárias para o desenvolvimento teórico e intelectual de tais autores. Os arquivos nesse caso, em sua grande maioria são dotados de uma imensidão de documentos e fontes, muitas vezes ainda pouco exploradas, e que anseiam por serem estudadas e compreendidas. Portanto como citado anteriormente, cabe aos historiadores, os mestres do ofício, recolherem, as avaliarem e consequentemente tornarem essas informações em algo mais concreto, deixando de ser apenas dados e fontes avulsas, as transformando de fato em uma análise histórica sobre determinado assunto.

3 - A fundação da SEDUC

A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (anteriormente também do esporte) se trata de uma instituição de caráter governamental, pertencente ao Governo do Estado de Sergipe, relacionada e principal responsável por todas as atribuições vinculadas diretamente a educação e ao ensino público estadual. A instituição foi fundada no dia 05 de Abril de 1960, pelo então governador do estado Dr. Luiz Garcia, e tendo como primeiro secretário o Dr. Antônio Garcia Filho, através do decreto 981, formulado com cerca de 16 artigos, dos quais estabeleciam as diretrizes acerca da fundação, divisão, atribuições e do funcionamento da então chamada Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Saúde (postumamente rebatizada algumas vezes), no sentido de que o decreto tornava concreta a participação ativa do estado para com a educação oferecida aos cidadãos sergipanos, num contexto onde até então, o que se tinha em relação a escolas era algo muito mais desconexo e descentralizado, sem tanta centralidade nas ideias e mesmo nos deveres. A instituição por sua vez é até os dias atuais, gerida pelo Secretário de Estado da Educação e da Cultura, nomeado pelo próprio governador eleito.



Dr. Antônio Garcia Filho

Fonte: Site do grupo “minha terra é Sergipe”.



Dr. Luiz Garcia

Fonte: Site da Câmara dos Deputados.

Inicialmente, é importante analisarmos a construção da secretaria através de seu ato de fundação, por exemplo, de acordo com o 1º artigo do decreto 981 (disponível do site oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe), foram estabelecidos os seguintes deveres:

[...] **Art. 1º** Fica criada a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Saúde que terá por finalidade:

1. Supervisionar os problemas da Educação e difundir o ensino em todos os seus graus, no território do Estado;
2. Desenvolver a Cultura em suas diversas modalidades;
3. Supervisionar os serviços da Saúde a cargo do Estado. [...]

Portanto, podemos dizer que este primeiro artigo elencado acima nos dá um panorama inicial sobre a fundação e sobre principalmente as funções iniciais atribuídas a secretaria fundada por tal decreto, fundamentalmente há algumas funções listadas das quais a ela não pertencem nos dias atuais, levando em conta que ela segue sendo responsável pela educação e pela cultura, mas não mais pela saúde, que se tornou uma secretaria própria posteriormente.

Já sobre a separação e organização estrutural da secretaria, o 2º artigo presente no mesmo decreto estabelece as seguintes diretrizes:

[...] **Art. 2º** A Secretaria de Educação Cultura e Saúde terá a seguinte organização:

1. Gabinete do Secretário;
2. Serviço de Administração;
3. Conselho Estadual de Educação e Cultura;
4. Conselho Estadual de Saúde;
5. Departamento de Educação;
6. Departamento de Saúde Pública;
7. Biblioteca, Filmoteca e Discoteca.

(A organização sofreu de diversas alterações ao longo dos anos)

Neste segundo artigo são estabelecidas as questões estruturais da secretaria, como as divisões departamentais, separando as partes administrativas responsáveis por cada dever, e que, de certa maneira algumas dessas divisões permanecem até os dias atuais, como por exemplo o Gabinete do Secretário, ou o Conselho Estadual de Educação, que ainda existem e tem grande importância na manutenção da educação no estado até os dias atuais.

Como podemos notar, é apenas num contexto de existência e de fundação da SEDUC que de fato temos uma centralização do poder e das tomadas de decisões por parte dos governantes acerca de quais caminhos a educação do estado iria de fato trilhar,

estabelecendo assim de uma vez por todas o papel do estado para com a educação pública.

Portanto quando paramos para analisar as questões vinculadas a participação direta do Departamento de Inspeção Escolar (DIES) em todo esse processo, nos vemos escorados nas bases das leis estaduais vigentes, seguindo como exemplo o artigo número 17º da seção VIII, no que diz respeito ao departamento de inspeção escolar presente na LEI ORDINÁRIA Nº 3373, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 referente a legislação estadual:

Ao Departamento de Inspeção Escolar - DIES, órgão de subordinação direta da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, compete promover e realizar a inspeção, supervisão e auditoria das Unidades Escolares do Sistema de Ensino do Estado, para o cumprimento das respectivas diretrizes e normas, observando a legislação vigente, bem como exercer outras atividades correlatas ou que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

O DIES é subordinado diretamente ao Secretário de Estado da Educação e do Desporto, sendo dirigido por profissional de nível superior na área do Magistério, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Inspeção Escolar.

No cumprimento das diretrizes supracitadas, incluísse o dever de também resguardar os documentos das instituições de caráter estadual e particular vinculadas ao estado de Sergipe, que por diversos fatores, tenham vindo a ter suas atuações finalizadas. Então cabe ao Departamento de Escolas Extintas (DIES) estabelecer e de fato executar os trabalhos relacionados ao arquivo, garantindo assim a sobrevivência não só dos documentos, mas da memória das instituições de ensino do estado.

Constatasse também que o DIES possui, mas não apenas é formado pelo Arquivo, mas sim se trata de um órgão de sublim importância para o funcionamento da educação estadual, tendo em vista que é acima de tudo responsável também pela inspeção, supervisão e pelo acompanhamento do funcionamento de todas as escolas de caráter público estadual, bem como também pelos serviços realizado em escolas de caráter privado.

A fundação do Arquivo de Escolas Extintas por sua vez, não só estabelece, mas mais uma vez, como citado anteriormente neste artigo, garante a importância da preservação dos acervos escolares, como também exemplifica seu papel para com a

sociedade. Como afirmado por Ferreira sobre a importância dos arquivos escolares a autora nos dá a seguinte constatação:

A importância desses arquivos e sua documentação são tamanhas que, devido a sua história, importância cultural, educacional, e social em determinada época, são transformados em centros de documentação e memória. O exemplo institucional mais destacado no estado de Sergipe se encontra em Aracaju. A gestão da informação e do conhecimento transformou o Arquivo Escolar Permanente do colégio Atheneu Sergipense, no Centro de Educação e Memória Atheneu Sergipense (CEMAS) (2019, p.25).

Nesse sentido, o arquivo do DIES se torna extremamente importante para o estado na medida em que, na falta ou na perda de documentações comprobatórias para o grau de formação dos cidadãos sergipanos, cabe a ele com suas devidas atribuições buscar em seus acervos tais documentos, tornando assim o arquivo um bem inestimável (porém pouco lembrado) para a sociedade sergipana, tendo em vista que sem ele, milhares de pessoas todos os anos ficariam sem acesso aos seus devidos direitos, como o fundamental acesso ao ensino superior, já que sem um certificado de conclusão do ensino médio por exemplo, é impossível ingressar em uma faculdade. É através da criação do Arquivo da Secretaria Estadual da Educação de Sergipe que temos de fato a consolidação de um trabalho de grande valor para a sociedade sergipana, um trabalho que auxilia de diversas maneiras na vida dos cidadãos do estado, como analisaremos logo a seguir.

4 - As contribuições do Arquivo da SEDUC e suas funções:

O Arquivo do Departamento de Inspeção Escolar (DIES) presente na Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEDUC-SE) localizado no bloco VII do conjunto de prédios que formam a instituição em sua totalidade, tem como jurisdição todas as instituições de ensino públicas estaduais e particulares presentes no estado listadas e consideradas oficialmente como extintas, cabendo a ele assegurar a entrega, organização e distribuição da documentação acumulada ao longo dos anos de funcionamento das instituições, no sentido de que toda a documentação pode e deve ser armazenado em caixas, com base nas leis arquivísticas existentes. Nesse caso, de acordo com a Resolução Normativa SEED Nº 2 DE 10/04/2014 instituída pelo Conselho Estadual de Educação de Sergipe, estabelece no artigo nº 46 as seguintes normas:

Art. 46. Quando do encerramento voluntário integral das atividades escolares, a instituição educacional deverá encaminhar ao setor competente da SEED, no prazo máximo de sessenta dias após encerramento do ano letivo em curso, todo o acervo escolar, obedecendo aos critérios estabelecidos por aquele setor, com exceção das escolas públicas municipais que encaminharão ao respectivo órgão de educação do município.

§ 1º Expirado o prazo de sessenta dias para a entrega do acervo, o setor competente pelo seu recebimento deverá comunicar imediatamente o fato à Procuradoria Geral do Estado de Sergipe. (Redação do parágrafo dada pela Resolução Normativa CEE Nº 19 DE 29/04/2021).

§ 2º Após o recolhimento dos arquivos, caberá ao setor competente da SEED, ou do município quando se tratar de escolas públicas municipais, a expedição de documentos, sempre que requeridos pelo estudante ou responsável.

A resolução citada acima nos informa que, todas as escolas públicas estaduais e instituições de ensino privadas devem num prazo de até 60 dias após o encerramento total de suas atividades e do ano letivo, direcionar a documentação acumulada ao longo dos anos de funcionamento para o DIES e mais especificamente para o arquivo, onde a documentação será recebida, analisada, organizada e armazenada para consulta pelos anos seguintes, sendo que a partir do momento de entrega do acervo, fica a cargo do arquivo expedir e fornecer todos os tipos de documentações para os alunos formados nas instituições extintas.

Nesse caso, compreendemos que é através da conservação e da organização dos acervos que o arquivo estabelece um modelo para realização de buscas e consultas de documentos dos discentes e docentes registrados nas escolas devidamente encerradas, e que é através desse trabalho que de fato temos o acesso aos diversos tipos de documentos acumulados no acervo.

Para dar início a um processo de busca dentro do arquivo do DIES é necessário portanto que antes de mais nada exista um interessado, o indivíduo que desejar ter seu documento comprobatório expedido pela SEDUC deve então dar entrada com o processo de busca, de maneira presencial na recepção do DIES, é necessário o preenchimento do seguinte formulário:


GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO ESCOLAR

e-DOC 018.001. _____ Setor Responsável: _____ Nº: _____

1. Solicitante _____
2. Nome do aluno NA ÉPOCA QUE ESTUDOU: _____
3. Data de Nasc. ___/___/___ Naturalidade: _____ CPF _____
4. E-mail para contato _____ Fone: _____
5. Nome completo da Escola _____
6. Bairro: _____ Município: _____
7. Última série cursada: _____ Ano de Conclusão: _____
8. Solicitação:
 - a. Expedir Guia de Transferência () Ensino Fundamental () Ensino Médio
 - b. Expedir Certificado de Conclusão:
 - o Ensino Regular () Ensino Fundamental () Ensino Médio
 - o Exames Supletivos () Ensino Fundamental () Ensino Médio
 - o Projeto SOMEN () Ensino Médio
 - c. Expedir Certidão com Força de Diploma do curso _____
 - d. Atestar Veracidade no certificado apresentado
 - e. Expedir Declaração de:
 - () estudos realizados na instituição de ensino.
 - () aprovação em componentes curriculares através de exames de suplência.
 - () documentos encontrados no acervo de escolas extintas.
 - f. Regularização de Vida Escolar: () Aluno () Escola

HISTÓRICO DE INFORMAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA:

g. Desarquivamento do Processo Nº e-DOC 018000 _____

Motivação: _____

Aracaju, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Solicitante

O não preenchimento deste documento na sua inteireza poderá acarretar arquivamento do processo.

Rua Gutenberg Chagas, 169 – DIA - Aracaju/SE CEP – 49040-780
 Fone: 3194-3241 / 3194-3252/3194-3282

Fonte: escaneamento feito pelo pesquisador.

Já para que a solicitação seja feita de maneira virtual, é necessário preencher as informações através de um processo de protocolo externo, via e-DOC – Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos, através do link: <https://www.edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/>

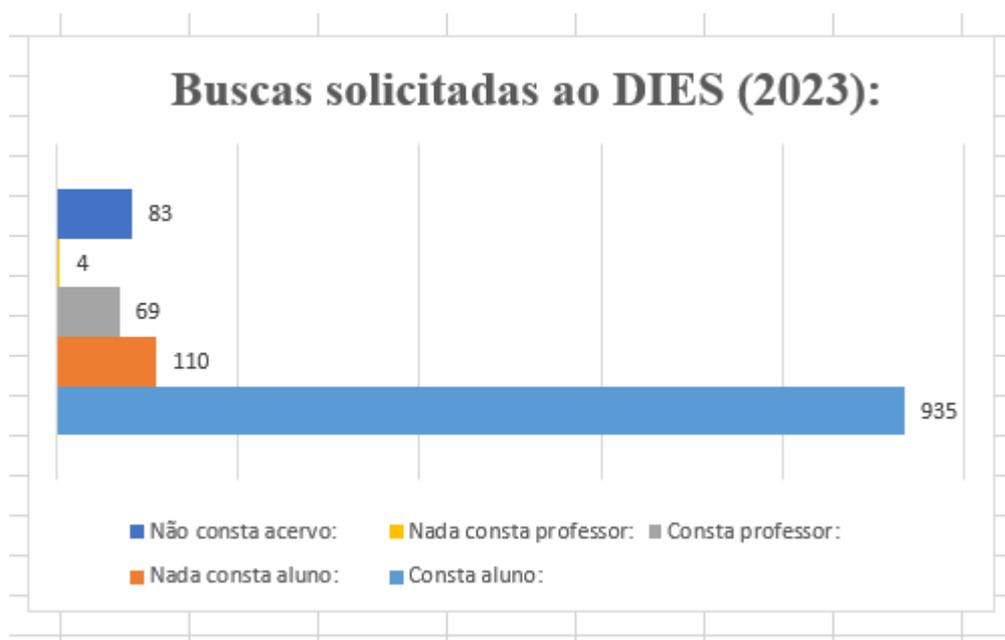
The screenshot shows the official website of the Government of Sergipe. At the top, there is a search bar with the text 'Pesquisar' and an 'OK' button. Below the search bar is a navigation menu with several options: 'e-DOC Sergipe', 'Processos e Documentos', 'Capacitação e Treinamento', 'Perguntas Frequentes', 'Legislação', and 'Contingência'. The main content area features a date '30 agosto de 2024 11:42' and a title 'Protocolo Externo'. Below the title, there is a paragraph explaining that the external user access is for physical or legal persons who wish to protocol documents in the State Public Administration without the need to appear in person. It specifies that documents must be in PDF format, with a maximum size of 20Mb each, and must be signed electronically according to ICP-Brasil standards. A large teal button labeled 'Acessar' is prominently displayed. Below the button, there are links for 'Esqueceu a senha?' and 'Bloqueou seu usuário? Solicite ao Administrador o desbloqueio'. At the bottom of the page, there is a link for 'Dúvidas sobre Protocolo Externo? CLIQUE AQUI!'.

Fonte: site oficial do governo do estado de Sergipe. Acessado em 03/10/2024

Ao preencher o formulário e listar as informações solicitadas tais quais, nome completo, instituição de ensino frequentada, ano de conclusão e não menos importante o documento desejado, é que a busca posteriormente é direcionada para que então um técnico ou estagiário faça o trabalho de ir até o acervo e de fato procurar pela documentação na devida escola indicada, dividindo assim todo o processo de busca em etapas.

Ao longo do ano de 2023 por exemplo, foram solicitadas cerca de 1201 buscas por indivíduos que concluíram seus estudos no estado de Sergipe, dos quais todos foram atendidos na medida do possível, cada um com suas peculiaridades. Analisando os números concluímos que aproximadamente 935 destas buscas foram solicitadas por ex-alunos, sendo considerados como encontrados, ou seja, que foram de fato localizados no acervo, enquanto isso, aproximadamente 110 receberam a nomenclatura de processos listados como “nada consta aluno”, ou seja, documentações solicitadas das quais não

foram localizadas, além de 83 consideradas como não pertencentes ao acervo, seja por se tratarem de escola municipais (que não estão na jurisdição do estado) ou por ainda estarem em atividade, não sendo consideradas extintas. Para completar, não apenas alunos, bem como também professor deram entrada com processos para o DIES, dentre esses, 69 foram considerados como localizados, e apenas 4 como “nada consta professor”. Todo esse processo é feito considerando os tipos de documentação pesquisados, que incluem fichas individuais de alunos, diários de classe, atas de rendimento, documentos administrativos, lista de recepção de acervo e entre outros.



Fonte: Levantamento feito pelo pesquisador.

Constatando as informações acumuladas e listadas anteriormente, concluímos que numericamente, o trabalho do arquivo viabilizou o acesso a documentação para aproximadamente 1004 indivíduos ao longo de todo o ano de 2023, considerando apenas os pedidos devidamente atendido, da mesma maneira, 114 desses processos podem ser listados como inconclusivos devido à falta ou a não existência de documentos comprobatórios para o grau de ensino desejado pelo indivíduo que em sua necessidade, fez o pedido ao DIES por tal documentação, além claro das já citadas 83 buscas das quais o acervo ainda não se encontra sobre o poder do arquivo.

Portanto, podemos analisar que há uma clara preocupação por parte do órgão em atender devidamente a todos os pedidos realizados no setor, a fim de manter a

veracidade das vidas acadêmicas das pessoas, nesse caso o percentual de documentações expedidas se comparado ao de documentações listadas como “nada consta” comprovam isso, já que há categoricamente um número muito maior de solicitações feitas que são de fato concluídas com sucesso do que as que infelizmente não obtiveram êxito.

Considero importante salientar que por mais que o Arquivo de Escolas Extintas da SEDUC-SE se prove uma fonte de conhecimento inestimável vinculada principalmente ao campo da história da educação, dada a origem, além das funções das documentações armazenadas por ele, podemos dizer que assim como todo o campo de pesquisa de arquivos escolares, ele se encontra meio aquém da pesquisa historiográfica realizada no estado, no sentido de que faltam pesquisas históricas que tenham como objeto de foco e principal fonte não só as instituições extintas em si, mas como também todo o conhecimento construído ao longo dos anos e armazenado por elas. Assim o arquivo se prova como uma rica e muitíssimo importante fonte da memória histórica para o estado, mas que de fato não tem contribuído o suficiente, ou mesmo o que deveria, não só para a formação dos discentes do curso de história, mas também para a compreensão dos cidadãos sobre a construção da memória educacional.



Imagens do acervo do Arquivo do Departamento de Inspeção Escolar (DIES).

Fonte: Acervo do pesquisador. 15/10/2024

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita durante este trabalho exemplifica bem como mesmo lidando com a escassez de fontes sobre a história dos arquivos escolares, tal objeto de estudos se prova como uma inestimável fonte de informações e conhecimentos, que como citado anteriormente, por diversas vezes se vê desamparada em meio a tantas documentações produzidas ao longo da vida útil de uma instituição educativa, contudo, ao mesmo tempo, vemos que mesmo lidando com tais problemas, ainda há um fio de esperança, como podemos perceber ao longo deste artigo, o Arquivo de Escolas Extintas da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe por meio de suas atribuições, fornece e realiza um brilhante trabalho em relação a documentação das escolas extintas presentes no estado, no sentido de que sem ele, não haveria de tal maneira como preservarmos tais documentações nem muito menos a história da vida acadêmica de milhares de indivíduos ao longo dos anos.

Portanto, concluímos que na medida do possível, o arquivo auxilia na vida de milhares de pessoas anualmente, e isso é comprovado não só pela alta demanda de pedidos feitos ao DIES, como também pelo alto número de processos devidamente respondidos e que tem suas documentações comprobatórias anexadas ao fim das buscas, o que torna o trabalho realizado pelos técnicos e estagiários do DIES, mesmo que feito de maneira discreta, imprescindível para a manutenção e a consolidação da vida profissional e acadêmica das pessoas.

Referências

Acervo físico do Arquivo de Escolas Extintas do Departamento de Inspeção Escolar (DIES) localizado no Bloco VII da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe (SEDUC-SE), Rua Gutemberg Chagas, 169 – Grageru, Aracaju – SE. Consultado em: 19/08/2024.

BONATO, Nailda Marinho da C. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação**. Revista Brasileira de história e educação, vol. 5, n. 2, p. 193-220, jul/dez, 2005.

COELHO, Venessa G. **Arquivo escolar: A perspectiva da legislação arquivística**. Trabalho de conclusão de curso (TCC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, p. 50, 2016.

FERREIRA, Shirley dos S. **Arquivos escolares como fonte de informação: intervenção na elaboração de modelo de gestão documental**. Dissertação: (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, p. 143, 2019.

FRATINI, Renata. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS**. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, Jan, 2009.

JARDIM, José Maria. **A implementação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental**. Liinc em revista, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.383-405, Nov, 2013.

MENEZES, Maria C. Silva, Eva Cristina L. da. Teixeira Júnior, Oscar. **O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história**. Horizontes, Bragança Paulista, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Daniela S. de. **A política de preservação documental do arquivo geral do judiciário e o arquivo público estadual em Sergipe**. Trabalho de conclusão de curso (TCC), Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, p. 88, 2014.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 85-90, mai/ago 2007.

RANGEL, Thayron Rodrigues. **Estudos de usuários de arquivos**. Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória. Editora FGV, Rio de Janeiro, p. 173-190, 2020.

SANTANA, Glêyse S. BARI, Valéria A. CORTES, Vanderléa Nóbrega A. **A legislação arquivística no estado de Sergipe e seus reflexos na realidade do arquivo público de Sergipe (APES)**. CONCITEC, São Cristóvão, p.147-161, Março, 2016.

SANTOS, Elienay de O. **Gestão de arquivos e a qualidade nos serviços de informação: um estudo de caso em arquivos públicos da cidade de Aracaju**, Trabalho de conclusão de curso (TCC), Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, p. 70, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate.** Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013.

Digitais

Página do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRAQ) sobre o **Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq> Acessado em: 14 de Jul de 2024.

Página do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRAQ) sobre o **Arquivo Público da cidade de Aracaju**. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-publico-de-aracaju> Acessado em: 14 de Jul de 2024.

Página Oficial do **Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe (IHGSE)**. Disponível em: <https://ihgse.org.br/> Acessado em: 15 de julho de 2024.

Página do **Arquivo do TJSE**. Disponível em: <https://acervo.tjse.jus.br/index.php/arquivo-geral-do-judiciario-de-sergipe-agjse> Acessado em: 15 de Jul de 2024.

SERGIPE. **Decreto Nº 981, DE 05 DE ABRIL DE 1960.** Cria a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, [1960]. Disponível em: https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/L9811960.html

Acessado em: 23 de Ago de 2024

SERGIPE, **LEI ORDINÁRIA Nº 3373, DE 31 DE AGOSTO DE 1993.** Dispõe sobre a organização básica da secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SEED, e dá outras providências correlatas. Aracaju: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, [1993]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-3373-1993-sergipe-dispoe-sobre-a-organizacao-basica-da-secretaria-de-estado-da-educacao-e-do-desporto-seed-e-da-outras-providencias-correlatas>

Acessado em: 23 de Ago de 2024

SERGIPE. **Resolução Normativa SEED Nº 2 DE 10/04/2014.** Fixa normas para credenciamento, autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação do reconhecimento para oferta dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, nas instituições educacionais que integram ou instituições que pretendam integrar o Sistema de Ensino do Estado de Sergipe e dá outras providências. Aracaju: Conselho Estadual de Educação, [2014]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=269637>

Acessado em: 24 de Ago de 2024